

CONAMP INFORMA

Boletim Mensal de Notícias

Ano II - Número 9 - agosto de 2015

Balanço dos trabalhos do 1º sem/2015



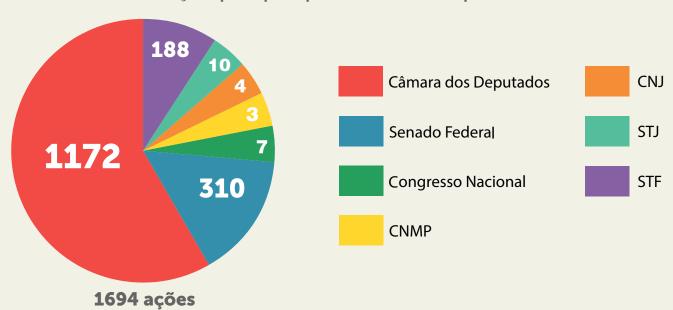
Durante o primeiro semestre de 2015, a Associação
Nacional dos Membros do Ministério Público (CONAMP)
pleiteou em defesa do Ministério Público, instituição essencial a democracia brasileira. Para tanto, a entidade tem
acompanhado proposições
afetas ao MP no Supremo Tribunal Federal (STF), Congresso Nacional, Conselho Nacional do MP (CNMP), Conselho

Nacional de Justiça (CNJ), e tribunais superiores. No Senado Federal, por exemplo, 52 novas medidas apresentadas até o momento relacionam-se à missão e organização do MP - na Câmara dos Deputados foram mais 123 novas inciativas legislativas sobre o tema.

Frente ao volume de trabalho, a CONAMP priorizou as questões mais urgentes e

necessárias de acordo com o compromisso institucional de atuar pelo fortalecimento e engrandecimento do Ministério Público brasileiro. Poder investigatório, combate à corrupção, organização dos MP's dos Estados; segurança dos membros; e direitos dos aposentados foram algumas das grandes linhas de atividade da CONAMP.

Ações principais que a CONAMP acompanha



Investigação & combate à corrupção

No dia 14 de maio, o Ministério Público alcançou uma grande vitória: o reconhecimento constitucional pelo STF do poder investigatório do MP.

Desde a mobilização nacional pela rejeição da PEC 37, a CONAMP está empenhada na proteção desta prerrogativa essencial do MP. A entidade acompanhou a votação do Recurso Extraordinário (593727) de repercussão geral e manteve-se em contato com os ministros do Supremo pontuado a previsão da Carta Magna.

Ao assegurar a atuação de promotores e procuradores de Justiça, o STF fortaleceu também os instrumentos públicos de combate à corrupção. Este, aliás, é um tema em constante debate pela opinião pública e a CONAMP, harmonizada com os interesses da sociedade, posicionou-se ao elencar



sugestões de medidas para à impunidade a regulamentao aperfeiçoamento do Estado contra à impunidade

Na elaboração do estudo foram coletadas manifestações de membros do MP de todo o país. Desse pacote anticorrupção, conforme decisão do Conselho Deliberativo, a CONAMP irá priorizar a atualização da Lei de Licitações e a adaptação da Lei de Impro- como propostas legislativas bidade Administrativa, assim foram encaminhados ao Concomo a busca pela instituição gresso Nacional. da ação civil de extinção de posse ou domínio.

A CONAMP também considera necessário no combate ção da possibilidade de acordo da pena entre o réu e o membro do Ministério Público, gerando o cumprimento imediato da pena. É o instituto da "plea bargaining" que tem o objetivo de agilizar os processos judicias como maneira de fortalecer e aprimorar a Justiça brasileira.

Os formatados textos

Confira a entrevista sobre

a elaboração do pacote anticorrupção da CONAMP:





Questões institucionais

do Conselho.

NAMP editou um estudo sobre 555 de 2006, que dispõe so- passiva dos membros do MP. a regulamentação da possibili- bre o fim da contribuição pre- Duas PEC's tratam do asdade de remoção por permuta videnciária de servidores púentre membros de Ministérios blicos aposentados. A PEC irá Públicos estaduais distintos. A atingir todos os aposentados e entidade é a favor do procedi- pensionistas do serviço públimento. O trabalho foi enviado co. A CONAMP participou da ao conselheiro Cláudio Por- edição de nota conjunta que tela. A CONAMP aguarda as explicita a importância da PEC considerações e acompanha 555 e tem articulado junto aos o trâmite da matéria no âmbito deputados pela aprovação da medida.

A pedido do CNMP, a CO- Emenda à Constituição (PEC) sobre a capacidade eleitoral sunto: a 392/2014 e 82/2015. A primeira apenas fixa prazo de afastamento de candidato membro do MP - seis meses antes ao pleito, sem prejuízo dos direitos e vantagens. Já a segunda proposta dispõe do licenciamento, concessão de ajuda de custo, e retorno às atividades do MP. Há ainda o Projeto de Lei do Senado também (PLS) 476/2015, que trata de

Outra frente de luta é a aprovação da Proposta de acompanha as proposições matéria correlata.

Α CONAMP

PEC da Bengala

O aumento da idade de aposentadoria compulsória para ministros do STF e tribunais superiores foi aprovado pelo Congresso Nacional. A CONAMP foi contra e agora acompanha o trâmite do projeto de regulamentação do aumento para os servidores públicos (PLS 274/2015).

Maioridade Penal

Discute-se na Câmara dos Deputados a possibilidade de alteração constitucional da maioridade penal. A CONAMP é contrária à modificação na Carta Magna, mas favorável à revisão do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Audiência de Custodia

Os senadores estão elaborando a regulamentação nacional da audiência de custódia. A CONAMP concorda com a inciativa, no entanto, critica o prazo de 24h e opõe-se à determinação que cautelares restritivas de direitos sejam determinadas por delegados de polícia.

Ciclo Completo

A modernização do sistema de segurança pública com a implementação do ciclo completo de polícia é uma das propostas que a CONAMP acompanha. A entidade é a favor e tem atuado em conjunto com associações e sindicatos pela aprovação da matéria.

Equiparação de subsídio

A CONAMP também é contrária à PEC 443/2009, que fixa o teto dos subsídios das carreiras da Advocacia-Geral da União e da Procuradoria dos Estados e Distrito Federal a 90,25% do que recebem os ministros Supremo Tribunal Federal.

Eventos de 2015

6º Congresso Regional do MP

A CONAMP e a Associação Cearense do MP realizaram em março o 6º Congresso do Ministério Público da Região Nordeste. Com o tema "Um olhar para o futuro", o evento promoveu o encontro de promotores e procuradores de todo o país em momento de reflexão institucional, integração e comemoração.



Próximos eventos









Perguntas ou comentários? Envie um e-mail para imprensa@conamp.org.br ou ligue para 61.3314-1356









